

O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: INSTITUIÇÕES, INTERESSES E IDEIAS

Damiana de Matos Costa França
Universidade Federal Rio Grande do Sul
damianamcf@yahoo.com.br

Introdução

O texto trata da construção do Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, instituído pela Portaria nº 86 de 2013, a partir das indagações: quais ideias vêm sendo disputadas e institucionalizadas? Quais referenciais orientaram a construção? As questões levam a focar a atuação dos grupos de atores sociais e estatais, o papel das instituições e dos interesses na construção das ideias e as relações estabelecidas com a superação, com a reprodução e a produção das desigualdades educacionais. A pesquisa inscreve-se na análise de políticas públicas, a partir da abordagem cognitiva, com maior aproximação à perspectiva de Bruno Jobert e Ève Fouilleux. São abrangidos o fórum de produção de ideias, no qual os atores constroem suas ideias de acordo com interesses, instituições e relações de poder, e o fórum de comunidades de política pública, espaço de negociação e institucionalização das ideias. O estudo evidencia que o Pronacampo expressa um referencial de política híbrido, ao agregar interesses opostos.

Uma Política Pública de Educação para o campo

A abordagem cognitiva de análise busca uma articulação entre ideias, instituições e interesses. Os interesses são construções sociais que estão ligados às crenças e representações acerca da realidade e do mundo. As instituições são compreendidas como quadros normativos que compõem as interações sociais, do que são exemplos componentes do sistema político (constituição, leis, ministérios, secretarias, conselhos, instituições exógenas) e instrumentos da política pública (normas, manuais, instituições endógenas;) (Fouilleux, 2011). A produção das ideias envolve negociações e disputas entre os fóruns, processos que constituem a construção de uma política pública (de um “referencial central”) (Fouilleux, 2000). O termo referencial central, de Ève Fouilleux (2003; 2000), se refere às ideias e representações que são hegemônicas em determinado fórum. O grupo de ideias dominantes em um fórum determina os objetivos e orienta os debates entre os atores.

Segundo Fouilleux (2003), os diferentes atores lutam para firmar sua visão ao referencial. Assim, o referencial é alvo de combinações entre os atores das trocas

políticas, sendo possível ocorrer mudanças (inclusões, recortes) diante das relações de poder e das intenções políticas dos atores que compõem o fórum de comunidades de política pública. Para Jobert (1995), o fórum se constitui em um espaço de debate das políticas públicas. E o espaço de negociação das políticas públicas é denominado de “arena”. De acordo com Fouilleux (2003; 2000), as mudanças acontecem nas políticas públicas diante do rompimento do compromisso firmado entre os atores no fórum de comunidades de política pública. Nesse cenário se configura o espaço de “arena” que será finalizado quando um outro compromisso for estabelecido. No fórum de comunidades de políticas públicas, ocorrem as negociações e as disputas em torno das ideias que serão institucionalizadas. Os fóruns estão ligados entre si através da troca de recursos (as ideias) e relações de poder (Lagroye, 1985, apud Fouilleux, 2011, p. 99).

Para Fouilleux, as ideias produzidas nos fóruns passam por um processo de aceitação e identificação entre pares, no interior de cada fórum, para depois chegarem ao debate político e ao processo institucionalização. Com base no estudo desenvolvido por Fouilleux (2011), identificamos, a existência de três fóruns de produção de ideias. Os fóruns de produção de ideias representam espaços em que as ideias são produzidas. São compostos da seguinte forma: fórum científico, fórum da comunicação política, fórum da educação do campo. Os fóruns constroem distintas ideias sobre as políticas, que estão de acordo com os interesses, instituições, relações de poder e identidades presentes em cada qual. Os três fóruns de produção de ideias, com participação na construção do Pronacampo, são a seguir caracterizados.

a) Fórum científico: agrega especialistas envolvidos com temáticas referentes à educação do campo. Também fazem parte desse espaço especialistas de organizações internacionais, entre elas a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e o Banco Mundial. Algumas dessas organizações assumem uma posição importante na elaboração de políticas públicas, assim como na institucionalização de suas ideias, por apresentarem uma influente atuação política e financeira.

b) Fórum da comunicação política (também denominado fórum da retórica política ou da interlocução política por Fouilleux): este fórum é formado por grupos político-partidários que concorrem a eleições. Os atores aqui disputam o poder político. A conquista do poder está atrelada a coalizões e à rivalidade entre os partidos, além de candidatos em busca dos votos. Os programas eleitorais e os discursos dos candidatos e de seus partidos expressam a produção de ideias nesse espaço.

c) Fórum da educação do campo: esse espaço é representado por movimentos sociais do campo, organizações sindicais e organizações não-governamentais. Os atores que representam esses movimentos lutam para manter sua posição no espaço público e assegurar a concepção de como deve ser a educação da população camponesa.

A construção do referencial de política pública ocorreu com a participação dos fóruns de produção de ideias. A negociação de interesses e de ideias a serem institucionalizadas pelo fórum da comunicação política teve a participação das ideias dos fóruns científico e da educação do campo. Essa construção também envolveu momentos de críticas levantadas pelo fórum da educação do campo. Após negociação e seleção, as ideias dos fóruns de produção de ideias foram institucionalizadas pelo fórum de comunidades de política pública. Esse processo envolveu conflitos e negociações em torno do referencial de política pública institucionalizado. O Pronatec Campo, reflete dois referenciais: um tem sintonia com a agricultura familiar e o modelo agroecológico e, o outro, com o agronegócio e seus pacotes tecnológicos, estabelecendo o chamado empreendedorismo rural, com a finalidade de associar o pequeno produtor ao grande produtor agrícola. No Pronacampo, o Estado parece assumir uma função de mediador de interesses distintos: de um lado, os movimentos sociais do campo e, do outro, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, que traz os interesses do agronegócio, defendendo as ideias de empreendedorismo.

A relação entre o público e o privado é marcada pela forte participação do setor privado no eixo da educação profissional/Educação de Jovens e Adultos; o espaço do setor privado se mantém de forma ampliada através do Pronatec. O Pronatec Campo configurou-se como arena no fórum de comunidades de política pública. O Pronacampo apresenta, uma disputa entre dois polos que travam lutas por legitimação de ideias e interesses. As instituições e atores que apoiam o agronegócio contam com uma grande representação política no Congresso Nacional; seu referencial de desenvolvimento encontra-se associado à imagem da geração de riquezas no campo a partir do uso de tecnologias associadas a uma maior produção e produtividade. O Pronatec Campo, reproduz uma dualidade educacional e mantém ideias e interesses presentes em antigos programas educacionais direcionados à população residente no campo, e que contribuíram para manter desigualdades sociais. Assim, a escola do campo não estaria direcionada para a produção de conhecimento e o estudante não tem o direito de escolha respeitado. Essa característica contribui para a produção, manutenção e reprodução das desigualdades. O Pronacampo agrega disputas em torno de projetos políticos

conflitantes presentes no campo, que envolvem concepções de agricultura, de projetos de campo e de educação pública para a população do campo.

Considerações

O Pronacampo é fruto de negociação e demonstra uma confluência de ideias de grupos opostos e apresenta uma ação marcada por uma maior participação na relação entre o Estado e a sociedade civil, demonstrando aprofundamento democrático, em que o poder do Estado é de certa forma compartilhado com a sociedade na construção de políticas públicas, ao contrário de períodos anteriores. O Programa apresenta um referencial que busca conciliar elementos de políticas públicas educacionais já existentes e conceitos criados e defendidos pelo movimento Por uma Educação do Campo. E assume uma formação profissional voltada para atingir maior produtividade no setor agrícola, propagada por organizações e setores privados que defendem o agronegócio. O Pronacampo encontra-se constituído por ações planejadas, por razões institucionais e por movimentos cognitivos e normativos.

Referências

BRASIL. **Portaria nº 86, de 1 de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2013.

FOUILLEUX, E. Entre production et institutionnalisation des idées. La réforme de la politique agricole commune. **Revue Française de Science Politique**, 50(2), p.277–306. 2000.

FOUILLEUX, E. **La PAC et ses réformes. Une politique à l'épreuve de la globalisation**. Paris: Editions L'Harmattan. 2003.

FOUILLEUX, E. Analisar a mudança: Políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19(1), p.88–125. 2011.

JOBERT, B. Rhétorique politique, controverses scientifiques et construction des normes institutionnelles: Esquisse d'un parcours de recherche. In A. Faure, G. Pollet, & P. Warin (Orgs.). **La construction du sens dans les politiques publiques: Debats autour de la notion de référentiel** p. 13–24. Paris: Éditions L'Harmattan. 1995.